



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 198926-0/01.- Comarca do Recife

Agravantes: Adelmana Chrystian Torrês Leite e outros.

Agravado: FUNASE.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. REMUNERAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. OFENSA AO ART. 7º, IV, DA CF. SÚMULA VINCULANTE Nº 4. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Constituição Federal de 1988 impossibilitou a instituição do salário mínimo como base de cálculo, tendo, inclusive, o STF redigido a Súmula Vinculante nº 4 sobre tal proibição constitucional. 2. O item 4 da Resolução nº 21/86 da FUNDAC está em desalinho com a CF/88 ao estabelecer a remuneração dos "integrantes do grupo ocupacional de atividades técnicas" em 6 (seis) e 8,5 (oito e meio) salários mínimos, motivo pelo qual os agravantes não fazem jus ao pagamento de seus proventos no valor correspondente a referidas bases salarial. 3. precedentes do STF e STJ, razão pela qual não entendo vulnerada a LCE nº 03/90. 4. Agravo improvido. 5. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 198926-0/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 198926-0/01 – Comarca do Recife
Agravantes: Adelmana Chrystian Torres Leite e outros.
Agravado: FUNASE.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento à apelação cível apensada, considerando que os agravantes não possuem direito à percepção de seus vencimentos em regime de paridade, tomando-se por base o salário correspondente a 8,5 (oito e meio) salários mínimos.

Segundo os agravantes, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois, há julgados da Corte local de Justiça no sentido de deferir o pagamento paritário de seus vencimentos que deverão equivaler a 8,5 salários mínimos, alegam ainda que a aplicação da Súmula Vinculante nº 4 do STF não resultará em aumento de remuneração, prequestionando-se a LCE nº 03/90, dita violada.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento da apelação cível com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

(...)

A sentença recorrida está pautada no enunciado da Súmula Vinculante nº 4 do STF, no sentido de que "o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial", não havendo previsão da possibilidade do caso concreto na Constituição Federal. Deve-se ressaltar, ainda, o enunciado da Súmula nº 339 do STF, verbis: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Na mesma linha, os precedentes desta Corte local de Justiça, conforme arestos adiante ementados: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES ESTATUTÁRIOS. PROFESSORES. HORA-AULA. EXTENSÃO DE VANTAGENS.- Não há ofensa ao princípio isonômico, negar-se ao servidor estatutário a extensão de vantagem obtida por outros servidores que, quando celetistas obtiveram por força de decisão da Justiça do trabalho a hora-aula em 3,5% do salário mínimo, em face de que aquela decisão não tem efeito erga omnes, e portanto, não beneficia nem prejudica terceiro.- Unânime (AC 58325-9, 3CC, rel. Des. Siqueira Campos, DJ 16/12/2004). Tratando-se, na hipótese, de direitos envolvendo, em tese, prestações de trato sucessivo, inacolhe-se a preliminar de prescrição do direito de ação. Unânime. Agravo retido. Sem procedência a alegada falta de fundamentação do "decisum" em relação à

24
082
impugnação do valor da causa. Preliminar rejeitada. Unânime. Fundando-se o pleito dos autores em normas constitucionais que, segundo entendem, lhes asseguram, por força de alegada isonomia, os mesmos vencimentos de outros professores beneficiados com anterior decisão da Justiça do Trabalho, não há se falar em impossibilidade jurídica do pedido. Preliminar acolhida. Unânime. Isonomia. Vantagem salarial obtida através da Lei Federal 5.692.71. Impossibilidade de se estender seus benefícios aos servidores com regime estatutário à falta de previsão legal. A vantagem remuneratória trazida pelos servidores paradigmas somente a eles se aplica, posto que foi obtida antes deles fazerem opção pelo regime jurídico único. Inexistindo lei que atribua essa vantagem aos ocupantes de cargos iguais ou assemelhados, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, não cabe ao Poder Judiciário fazê-lo, sob pena de usurpação de função legislativa. Provimento da remessa necessária, restando prejudicado o recurso voluntário. Decisão por maioria de votos (AC 42728-3, SCC, Rel. Des. Márcio Xavier, DJ 27/03/2002, e no mesmo sentido AC 44060-4, julgada em 17/05/2005, e AC 90096-3, julgada em 03/05/2005, ambas da SCC, sendo relator o Des. Jovaldo Nunes Gomes, de forma terminativa). De minha relatoria, os RNAC nºs 42341-6, 42369-4 e 42374-5, e AC nº 135179-1, dentre outros, julgados monocraticamente. Diante de todo o exposto, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo.

Segundo os agravantes, devem ser aplicados aos seus proventos os padrões estabelecidos pelo item 4 da Resolução nº 21/86 da FUNDAC que ao instituir o PCCS - Plano de Classificação de Cargos e Salários - estabeleceu em 8,5 (oito e meio) salários mínimos a remuneração dos agravantes.

Verifica-se que o item 4 da Resolução nº 21/86 da FUNDAC não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, uma vez que vinculou o salário mínimo à remuneração dos "integrantes do grupo ocupacional de atividades técnico científicas", fato que em total desalinho com os arts. 7º, IV, da CF, uma vez que usa o salário mínimo como indexador de cálculos.

Neste mesmo sentido é o entendimento do STF e do STJ abaixo colacionados:

Súmula Vinculante nº 4 - Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REGULAMENTO DO IDESP. ADVENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO À NOVA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. VINCULAÇÃO DOS VENCIMENTOS AO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 7.º, INCISO IV, DA CF/88. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO. 1. Consoante já pacificado nesta Corte, inexistente direito adquirido a regime de remuneração, desde que resguardada a irredutibilidade de vencimentos. O servidor tem tão-somente o direito à manutenção do seu quantum remuneratório, não havendo que se falar na preservação dos critérios legais com base nos quais o valor foi estabelecido. Precedentes. 2. O Regulamento do IDESP, ao fixar o valor do vencimento básico em salários mínimos não foi recepcionado pela Constituição de 1988, diante da proibição expressa contida na parte final do inciso IV, do art. 7.º da Carta Magna, impossibilitando a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim. Precedentes. 3. *In casu*, não se vislumbra de forma clara a alegada redução nos vencimentos dos Recorrentes, decorrente da adoção dos novos critérios, sendo certo que a Autoridade Coatora em nenhum momento reconheceu sua ocorrência, o que afasta, outrossim, a certeza e a liquidez do

9

25
083
direito alegado, evidenciando, por conseguinte, a inadequação da via eleita. 4.
Recurso conhecido, porém desprovido (RMS 14430/PA, T5, Min. Rel. Laurita
Vaz, DJ de 17/08/2006).

Diante de todo o exposto nego provimento ao presente recurso de
agravo, não considerando vulnerada a LCE nº 03/90.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator